

PF indicia Bolsonaro por desvio de joias da Presidência

ACUSAÇÕES CONTRA O EX-PRESIDENTE

JOIAS DESVIADAS
Bolsonaro, Cid e mais 10 são indiciados por negociar presentes de luxo da Presidência

EDUARDO GONCALVES, PAOLLA SERA, SARAÍ THEÓFILO, PATRIK CAMPOREZ E MARIANA MUNIZ

Pressionado por várias frentes de investigação, o ex-presidente Jair Bolsonaro foi indiciado ontem pela Polícia Federal na apuração que trata do desvio e venda de joias do acervo presidencial. Ele e o ex-ajudante de ordens Mauro Cid, hoje delator, teriam cometido os crimes de peculato, associação criminosa e lavagem de dinheiro, segundo a corporação, o que poderia render até 25 anos de prisão.

Outras dez pessoas foram listadas pela PF por participarem do esquema. Desde que deixou o Palácio do Planalto, o cerco a Bolsonaro começou a se fechar: além da condenação à inelegibilidade na Justiça Eleitoral por ataques às urnas, ele é suspeito de assinar um Golpe de Estado e fraudar cartão de vacina. O indiciamento ocorre na fase de conclusão da investigação, neste caso conduzida pela PF. Com base em provas, a polícia imputa ao investigado a autoria de crimes. Ou seja, conclui que há indícios suficientes para processá-lo criminalmente. Isso não significa, porém, que a pessoa seja culpada. O relatório final da polícia ainda é entregue ao Ministério Público, a quem cabe fazer a denúncia, pedir arquivamento ou aprofundamento das investigações. A ação penal só começa a partir do momento em que o juiz reconhece que há indícios do delito e aceita a denúncia. A partir daí, neste caso, Bolsonaro poderia ser julgado.

KITS DE JOIAS

No caso das joias, os indiciados são suspeitos de participar de um esquema de apropriação de pelo menos quatro kits recebidos por Bolsonaro na condição de chefe de Estado. Os conjuntos, que incluem relógios, albatruzes, rosários, esculturas e anéis, foram dados por autoridades da Arábia Saudita e do Bahrein em viagens oficiais ocorridas entre 2019 e 2021.

A PF abriu a investigação em março de 2023, após o jornal 'O Estado de S. Paulo' revelar que um dos kits presenteados pelos sauditas foi retido na alfândega do aeroporto de Guarulhos (SP) por não ter sido declarado. Os itens estavam na bagagem de um assessor do Ministério de Minas e Energia. Para tentar reaver os itens antes da saída de Bolsonaro da Presidência, Cid mobilizou sua equipe para buscar os objetos, sem sucesso.

Após uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) de que os presentes deveriam ser devolvidos à União e a repercussão negativa do caso, o entorno de Bolsonaro montou uma operação para recuperar itens vendidos no exterior. O advogado



Transação. Bolsonaro e Mauro Cid tentaram, segundo a PF, vender joias como as do kit com peças de brilhante, o da Chopard e o relógio Patek Philippe

Frederick Wassef admitiu que reconquistou nos EUA um relógio Rolex, dado pelo governo saudita, com dinheiro vivo em março de 2023.

Entre os outros indiciados estão o general Mauro Lourenço Cid, pai de Cid, os advogados Frederick Wassef e Fabio Wajngarten, o ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque, e Julio Cesar Vieira Gomes, ex-secretário da Receita (veja todos ao lado).

FASES DA INVESTIGAÇÃO

O inquérito reconstruiu a cronologia do suposto esquema desde que os presentes foram recebidos por Bolsonaro, o deslocamento dos itens do acervo presidencial aos EUA, a venda das peças naquele país e, por fim, a delação da "operação resgate" para recuperar os objetos após a descoberta das irregularidades. Boa parte das provas foi obtida na nuvem do celular, notebook e e-mails de Cid, homem de confiança de Bolsonaro. Acusado pelas investigações, o tenente-coronel fechou uma delação com a PF em setembro de 2023.

Caberá agora à Procuradoria-Geral da República decidir se oferece denúncia, em caso relatado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes. No caso da acusação de fraude em cartão de vacina, o órgão pediu à PF mais diligências. Ontem, a PF avançou nesta investigação, se aprofundando na amplitude do esquema em Duque de Caxias, no Rio (veja mais na página 8).

Ao longo da apuração, a defesa de Bolsonaro chegou a afirmar que ele agiu dentro da lei e declarou oficialmente os bens de caráter pessoalíssimo recebidos em viagens. Esses itens, na visão dos advogados, deveriam compor seu acervo privado. Decisão do TCU de 2016, contudo, prevê que objetos de luxo recebidos devem ser incorporados ao acervo público. Já a defesa de Cid chegou a afirmar que o militar vendeu o Rolex a pedido de Bolsonaro e que o pagamento do relógio foi entregue ao ex-presidente ou à primeira-dama Michelle Bolsonaro, que não foi indiciada.

A defesa de Cid e de seu pai afirma que ainda não teve acesso ao relatório. No X (ex-Twitter), Wajngarten alegou que atuou como advogado e que, por isso, o seu indiciamento é uma "afrota legal". Wassef afirmou que não foi Bolsonaro e nem Cid que pediram para que ele comprasse o Rolex. José Roberto Bueno Junior negou a participação em crimes e disse não ter sido informado sobre o indiciamento. A defesa de Vieira Gomes nega prática de qualquer crime. Já as defesas de Bolsonaro, Bento Albuquerque, Marcelo da Silva Vieira, Marcos André dos Santos Soeiro, Osmar Crivelatti e Marcelo Costa Câmara não responderam.

QUEM FOI INDICIADO

A todos, segundo o relatório da PF, foi atribuído o crime de associação criminosa; a 7 o de peculato; a 9 o de lavagem de dinheiro e 1 - o ex-chefe da Receita Julio Cesar Vieira Gomes - responderá pelo de advocacia administrativa



Jair Bolsonaro. Ex-presidente. Agiu para desviar joias para desviar joias recebidas enquanto chefe de Estado do acervo presidencial para o seu privado.



Mauro Cid. Ex-ajudante de ordens de Bolsonaro. Ajudou na venda das joias milionárias e, depois das denúncias, a recuperá-las.



Mauro Lourenço Cid. Pai de Mauro Cid e ex-chefe da Apex em Miami. Tentou vender esculturas dadas pelos árabes em lojas nos Estados Unidos.



Frederick Wassef. Advogado da família Bolsonaro. Atuou para recomprar um relógio Rolex nos Estados Unidos e devolveu-o às autoridades.



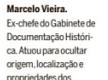
Fabio Wajngarten. Chefe da Secretaria de Comunicação da gestão Bolsonaro e advogado. Atuou para recomprar um relógio Rolex nos EUA.



Bento Albuquerque. Ex-ministro de Minas e Energia. Tentou entrar no país com um conjunto de joias sem declará-las à Receita Federal, como manda a lei.



Marcelo Câmara. Ex-assessor do ex-presidente. Delatou com Mauro Cid redireção à venda das joias e alertou sobre o perigo da operação.



Marcelo Vieira. Ex-chefe do Gabinete de Documentação Histórica. Abusou para ocultar joias produzidas em propriedades dos recursos das vendas.



Osmar Crivelatti. Ex-assessor do ex-presidente. Agiu para recuperar e devolver o kit de joias produzidas em ouro branco e diamantes avaliado em R\$ 500 mil.



Marcos André Soeiro. Ex-assessor do Ministério de Minas e Energia. Carregou as joias na mochila ao retornar da Arábia Saudita.



Julio Cesar Vieira Gomes. Ex-secretário da Receita Federal. Assinou um ofício autorizando auditores a liberar as joias sauditas.



José Roberto Bueno Junior. Militar. Enviou ofício à Receita para reaver joias e foi um dos primeiros a empenhar esforços para isso.

PRINCIPAIS PROVAS

Imagens em aeroporto Em 29/12/2022, antepenúltimo dia do governo de Bolsonaro, o sargento Jairo Moreira da Silva tentou retirar da alfândega do aeroporto de Guarulhos um conjunto de joias, que não chegou a ser vendido.



Comprovante de venda Em junho de 2022, Mauro Cid aproveitou uma viagem oficial de Bolsonaro aos EUA para vender dois relógios, das marcas Rolex e Patek Philippe. Cid guardou comprovante da compra em seu armazenamento de nuvem. Foram vendidos por US\$ 68 mil.



Reflexo de foto O rosto do general Mauro Lourenço Cid aparece no reflexo de uma foto de uma escultura recebida pela Presidência. Lourenço Cid tirou o retrato para pedir uma avaliação do valor do item em lojas especializadas.



Número de série Em 2023, Cid e outros auxiliares de Bolsonaro tentaram vender o conjunto de joias Chopard. A PF encontrou o artigo em um site de leilões, estimados US\$ 120 mil e US\$ 140 mil. Foi possível identificar o kit por meio do número de série do relógio.



O QUE É INDICIAMENTO

É o procedimento em que o delegado de polícia, no âmbito de uma investigação, conclui que há indícios de crime e associa os possíveis delitos a uma pessoa ou grupo de pessoas.

PRÓXIMOS PASSOS

O relatório da PF é enviado ao STF. Na sequência, o Supremo encaminha o relatório à Procuradoria-Geral da República. Caberá, então, ao Ministério Público avaliar se denuncia o ex-presidente e os outros envolvidos, se pede mais apurações ou se arquivou o caso. Se optar pela denúncia, a PGR pode mudar a lista de crimes atribuídos aos indiciados - seja para incluir ou para retirar itens. Depois disso, o relatório volta para o STF, que decidirá se toma os acusados réus, manda arquivar ou envia os casos à 1ª instância.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política Pagina: 4